

PESSOAS DIVERSAS EM CONDIÇÕES ADVERSAS: A POTENCIALIDADE DA COMUNIDADE AMPLIADA DE PESQUISA NO COLETIVO SEM-TETO¹

*Diverse people in adverse conditions: the potentiality of the enlarged research
community in the homeless collective*

TOMIMURA, Patrícia²
MUNIZ, Hélder Pordeus³

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender a Comunidade Ampliada de Pesquisa (CAP) e seus pressupostos epistemológicos, como o Dispositivo de Três Polos, enquanto auxiliares do desenvolvimento do poder de ação dos coletivos de ocupações do movimento dos sem-teto. Essa questão central foi investigada através da pesquisa bibliográfica e pela pesquisa participante da autora, que foi utilizada como pano de fundo. Estabeleceu-se um fio condutor que ligava os movimentos sociais e os estudos da atividade: a questão da experiência. Essa questão mostra a importância do saber advindo da experiência como algo que nos afeta, deixa marcas e produz certo tipo de conhecimento. O trabalho nas ocupações deve se basear na colaboração entre a experiência dos ocupantes e o conhecimento formal dos apoiadores, na construção de dispositivos de produção de conhecimento e transformação: as CAPs. Importa criar um diálogo fecundo entre os polos do conhecimento técnico e do saber da experiência como base da relação que pode gerar um processo de formação política, em condições como um coletivo de ocupações de sem-teto.

Palavras-Chave: Comunidade Ampliada de Pesquisa; Dispositivo de Três Polos; Ocupação.

ABSTRACT

This paper has as an aim the comprehension of the Enlarged Research Community (CAP) and its epistemological presupposition such as the Three Poles Device, which can help in the development of the action power of the collectives of the homeless squat movement. This central issue was focused through bibliographical research and participant research by the author of this article, that was used as background. A guiding principle was established that linked social movements to the study of activity: the issue of experience. This issue shows the importance of the savvy that comes from experience as something that affects us, leaves marks and produces a certain type of knowledge. The work in the squats should have as a foundation the collaboration between the experience of the squatters and the formal knowledge of the "support" in the construction of devices of knowledge production and transformation: the CAP. It is important to create fruitful dialogue between the poles of technical knowledge and that of the knowledge of experience as a basis of the relationship that can generate a process of political formation, in conditions such as the collective of a homeless squat.

Keywords: Enlarged Research Community; Three Poles Device; Squats.

¹ Parte das discussões apresentadas aqui resulta da pesquisa realizada em Tomimura (2007).

² Mestrado em Estudos da Subjetividade pela UFF, Graduação em Psicologia pela UERJ. E-mail: <patriciatomimura@gmail.com>.

³ Pós-doutorado em Psicologia Social e do Trabalho pela UERJ, Doutorado em Engenharia de Produção pela UFRJ, Mestrado em Educação e Graduação em Pedagogia pela UFPB. Professor Associado do Departamento de Psicologia da UFF. E-mail: <heldermuniz@uol.com.br>.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a metodologia da CAP - Comunidade Ampliada de Pesquisa - e seus pressupostos epistemológicos, como o dispositivo de três polos, investigando em quais circunstâncias estes conceitos podem se aplicar a ocupações de sem-teto de modo a ampliar o poder de ação de seus coletivos, levando em conta outras situações em que esses conceitos já foram usados, como com trabalhadores de escolas e no Movimento Estadual da Luta Antimanicomial. No primeiro caso, como mostra o bem-sucedido Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas (BRITO; NEVES; ATHAYDE, 2003), muitas questões importantes como o espaço das escolas e o adoecer dos trabalhadores foram discutidos. Como fruto desse trabalho, foram publicados o *Caderno de Método e Procedimentos*, que falava do Curso e das Alternâncias (encontros entre pesquisadores e trabalhadores); o *Caderno de Textos*, que continha textos de fácil leitura para os trabalhadores; e o *Caderno de Relatos de Experiências* (BRITO *et al.*, 2003; BRITO; NEVES; ATHAYDE, 2003; NEVES, 2003). Quanto ao segundo caso, foi feita uma adaptação da Comunidade Ampliada de Pesquisa para o Movimento Estadual da Luta Antimanicomial, tendo como pesquisadora a autora, e como sujeitos participantes os usuários dos serviços de saúde mental, os técnicos dos mesmos e familiares. Como houve apenas três reuniões, não se pode concluir definitivamente que foi um sucesso, mas conjuntamente se observou grande potencial no uso dessa metodologia para produzir conhecimento e autonomia na construção do conhecimento na área de saúde.

A pesquisa participante foi feita pela autora, porém, neste artigo, o foco está na pesquisa bibliográfica.

Essa pesquisa é importante academicamente, pois mostra que uma metodologia como a Comunidade Ampliada de Pesquisa pode ser aplicada em vários contextos e com vários fins, apesar de sua conceitualização de base ser a mesma.

É importante politicamente, porque a pesquisa teórica acerca do saber de experiência mostra que não se pode menosprezar o que este saber tem a dizer na organização política para se desenvolver o coletivo, em especial no seu momento de Assembleia. O uso dessa metodologia no movimento sem-teto é uma adaptação criativa da mesma, como já foi exemplificado, mostrando seu uso fora do ambiente de trabalho formal.

Serão abordadas algumas concepções sobre experiência (e o saber de experiência), como uma parte vital no desenvolvimento do diálogo com o saber formal, para se veicular uma sinergia entre estes dois polos. O saber de experiência vem do envolvimento da autora com moradores de ocupações sem-teto, enquanto o saber formal importa pela participação de vários segmentos da sociedade com conhecimento acadêmico envolvidos com esta população.

Nas ocupações existe o trabalho do apoio, que é um grupo de pessoas com saber formalizado que coopera na organização e elaboração de estratégias do movimento sem-teto, além de fazer outras funções específicas das ocupações (portaria, cozinha, limpeza etc.) e funções específicas à área de

cada apoio (lecionar, montar projetos de obras).⁴

Era importante estudar algumas experiências de trabalho com grupos na saúde coletiva e teve-se acesso às perspectivas do Movimento Operário Italiano, segundo Oddone, e da Ergologia, segundo Schwarz. Para Barros, Heckert e Marchiori (2006, p. 21): “Ergologia significa o estudo das atividades humanas, de forma a produzir uma interlocução dos diferentes saberes que sustentam essas atividades e experiências diversas”.

Desse modo, almeja-se apresentar a Comunidade Científica Ampliada e a Comunidade Ampliada de Pesquisa (e seus preceitos), além de brevemente suas aplicações em áreas como o sindicalismo, a saúde do trabalhador e as ocupações de sem-teto. Pode-se extrair daí quais possíveis contribuições dessas metodologias e a possibilidade de aplicação delas a outros contextos, a partir de pesquisas futuras.

Os ocupantes sem-teto estão sujeitos à lógica atual que internaliza os sofrimentos mentais e os liga a questões muito individuais. Mas a proposta é reenviar a nossa atenção em relação ao sofrimento mental para um campo do entre, não do dentro nem do fora, mas das dobras. Se os participantes estão sujeitos a uma fragmentação social, o potencial de saúde delas passa exatamente pela questão da possibilidade de auto-organização, tanto subjetiva quanto coletiva. E essa organização se dá por meio de atividades.

Começamos por entender como o saber dos moradores é importante e de onde vem esse saber.

2. DIALOGIAS ENTRE CONHECIMENTO E EXPERIÊNCIA

A pesquisa sobre a atividade das pessoas nas ocupações do movimento sem-teto requer uma perspectiva epistemológica que valorize o diálogo entre o conhecimento e a experiência. A seguir, abordaremos algumas concepções sobre experiência e as contribuições do Modelo Operário Italiano, de acordo com Oddone *et al* (1986), enriquecidas com as contribuições de Schwartz (2000), para o estudo e a intervenção sobre a atividade de trabalho.

Trabalhamos com uma concepção de experiência em que esta é o que nos passa, e não o que se passa; ou seja, há um sujeito da experiência que através dela produz um saber. Esse saber pode ser produzido, por exemplo, numa ocupação urbana quando, através da experiência de participar de um coletivo, o morador tem que aprender a debater questões em Assembleias, sem que haja um líder para indicar um caminho. A ocupação urbana poderá exemplificar uma experiência adquirida que se baseia na vivência e no enfrentamento de reflexões que levam à autonomia de expressão e à construção da identidade das coletividades. Esse tipo de conhecimento pode ser chamado de “conhecimento político” e ajuda na constituição das coletividades onde haja práticas que garantam a expressão dos sujeitos e a

⁴ Essa questão se coloca porque a autora, como psicóloga, participou ativamente do "apoio" e recebeu demandas de tratamentos psicológicos individuais na ocupação Chiquinha Gonzaga. Percebeu, assim, que as questões eram, na verdade, de ordem coletiva; e que, portanto, deveriam ter uma estratégia de saúde coletiva. Por apoio compreende-se: estudantes, sindicalistas, moradores que militam e intelectuais das mais diversas áreas como: engenharia, letras, psicologia, sociologia, ciência política, serviço social etc.

defesa de suas vontades: o “sujeito coletivo” (SADER, 1988).

2.1. Experiência é o que nos passa

São três os principais questionamentos de Bondía (2002), em seu artigo “Notas sobre a experiência e o saber de experiência”: O que é a experiência? Quem é o sujeito da experiência? Como se constrói o saber da experiência?

A) EXPERIÊNCIA

Segundo Bondía (2002, p.21-22), a palavra “experiência” em espanhol é “o que nos passa”, além de “o que nos acontece, o que nos toca”. Para ele, experiência não é “o que se passa”, mas “o que nos passa”, “o que se passa em nós”.

A ocupação urbana poderá exemplificar uma experiência adquirida que se baseia na vivência, com suas intrincadas redes de relações, tanto com a natureza quanto com os humanos e suas produções e invenções, que levam, de fato, à produção da vida material (NEVES, 2002), e no enfrentamento de reflexões, que geram autonomia de expressão e a construção da identidade das coletividades.

“A cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça” (BONDIA, 2002, p.21). Para o autor, vários fatores impedem-nos de experienciar o que ele denomina de “antiexperiências”: o excesso de informação, a opinião, a falta de tempo, o aparato educacional, o excesso de trabalho. Na opinião do autor, trabalho, por sua própria especificidade, mobilidade contínua e transformadora, tende a impedir a tessitura da experiência. Pode-se discordar desse posicionamento, afirmando que certas vezes o movimento para cumprir tarefas, para algumas pessoas, pode ser um modo de experienciar a vida, afirmando a singularidade e a diferença de cada um. Trabalhar pode ser um modo de produzir um sentido para a existência - junto com Clot (2006) -, pode ser um modo de produzir uma sociedade diferente.

Historicamente, desde a elaboração da OCT (Organização Científica do Trabalho) por Taylor, o tempo, o espaço e o corpo dos trabalhadores têm sido disciplinados para obedecer às exigências do Capital. As perspectivas citadas visam fazer o trajeto justamente contrário: usar a produção de conhecimento para desconstruir a nocividade que esse percurso causou aos trabalhadores. Assim, afirmando a potência da vida presente na singularidade e na diferença de cada trabalhador, resulta em conjugar saúde com produtividade e qualidade. Isso ocorre nas rupturas possíveis na teia do modo de produção capitalista.

B) QUEM É O SUJEITO DA EXPERIÊNCIA?

Para Bondía (2002),

o sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz afetos, inscreve marcas [...] deixa [...] efeitos [...]. O sujeito da experiência é sobretudo um espaço onde tem lugar os acontecimentos [...]. **A experiência é a passagem da existência** (p.24-25, grifos nossos).

Seria então um ser que tem uma “porosidade”, um ser que experimenta, com certa cautela, uma “experimentação tateante” (DELEUZE; GUATTARI, 1972). Há que se arriscar para experimentar, pois garantir a vida exige que a arrisquemos. Nesse sentido, sentir-se em boa saúde é viver se arriscando no desconhecido. Para nós, o que caracteriza um ser vivo com saúde é sua vitalidade (BRITO; NEVES; ATHAYDE, 2003), sua força de se afirmar como ser-no-mundo.

C) O SABER DE EXPERIÊNCIA

A experiência produz no sujeito uma ordem epistemológica (saber) e uma ordem ética (práxis). Segundo o autor, “o saber de experiência se dá na relação entre o conhecimento e a vida humana. De fato, a experiência é uma espécie de mediação entre ambos” (BONDÍA, 2002, p. 27). O saber da experiência pode ser compreendido pela expressão “*páthei máthos*”, ou seja, um aprender pelo padecer. O saber de experiência se trata de como a pessoa responde ao que lhe acontece e dá um sentido às experiências. É diferente do conhecimento, na medida em que este se pretende genérico, universal, repetível. O saber de experiência, porém, está indissociavelmente ligado à existência, “com a vida singular e concreta de um existente singular e concreto. A experiência e o saber que dela deriva são o que nos permite apropriar-nos de nossa própria vida” (BONDÍA, 2002, p.27). Ainda segundo o autor, a experiência “é irrepitível, sempre há algo como a primeira vez” (p.28); tendo sentido no “modo como se configura [...] uma forma humana singular de estar no mundo, que é por sua vez uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo) [...]” (p.27).

A ciência positivista teme a experiência e tenta se apropriar dela através do método, “domando-a” e transformando-a num conhecimento positivista. Este seria um conjunto de regularidades a partir das quais podemos conhecer a verdade das coisas e ter domínio sobre elas (BONDÍA, 2002). Assim, o conhecimento se tornou um *mathem*: um acúmulo progressivo de verdades objetivas. Será essa concepção de ciência que pode nos ser útil na área de saúde do trabalhador? É mais interessante acreditar em outras perspectivas: o modelo operário de conhecimento de Ivar Oddone e colaboradores e a perspectiva de Schwartz e colaboradores.

3. AS PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS DE INTERVENÇÃO

3.1. A comunidade científica ampliada

As Comunidades Científicas Ampliadas foram experienciadas inicialmente por

[...] um grupo composto por operários, sindicalistas, estudantes, profissionais diversos e cientistas que se reúnem na Bolsa de Trabalho de Turim, a partir da metade dos anos 60, e dá origem às “Comunidades Científicas Ampliadas”. Através do confronto entre os saberes formais dos pesquisadores e os saberes informais dos trabalhadores, estas comunidades investigam, de maneira autônoma, reivindicação do movimento sindical, o meio de trabalho apresentando propostas de transformação (SCHWARTZ, 2000, p.39).

Nesse momento, o sindicato italiano emergia como dispositivo de transformação da realidade social, na medida em que a economia estava

crescendo, mas também a precarização⁵ do trabalho. A resistência à precarização eclode, e o sindicato passa a articular os operários, os intelectuais militantes e os estudantes, na luta para construir “a hegemonia política da classe operária” (VICENTI, 1999, p.40). O potencial de revolta contra o que está instituído é o que permite a criação de outros possíveis, de outras formas de trabalhar a partir do mundo a ser conhecido nos locais de trabalho, incluindo aí problemas, conceitos e tentativas práticas, diz Zarifian (2003). Esses possíveis constituem o real do trabalho e estão no saber de experiência.

Mas como foi a construção histórica das Comunidades Científicas Ampliadas? No meio dos anos 60, começou a se reunir um grupo de operários, cientistas, sindicalistas e estudantes, entre os quais se encontrava Ivar Oddone. E o que faziam? O grupo, a partir da experiência de desordenar os papéis tradicionais, analisava a organização do trabalho e os problemas de nocividade da fábrica. “[...] o sindicato reivindicava o direito de pesquisar de maneira autônoma o ambiente de trabalho e de lançar proposições para a sua transformação” (VICENTI, 1999, p.41).

Nas primeiras pesquisas na área de saúde do trabalhador, a intervenção ainda era delegada aos especialistas, mas posteriormente o grupo começou a construir um novo modelo paradigmático: o modelo operário de conhecimento, com uma intervenção sindical correspondente. Mas do que se trata esse modelo? Ele “[...] está centrado sobre a valorização da experiência individual global dos trabalhadores e da classe operária, em relação ao conjunto de elementos que determinam a organização do trabalho” (SCHWARTZ *apud* VICENTI, 1999, p.41).

Para Barros, Heckert e Marchiori (2006), esse modelo está centrado na valorização da experiência dos trabalhadores, na busca do pensar coletivamente o trabalho para transformá-lo, uma vez que parte substancial da experiência dos trabalhadores, muitas vezes, lhe escapa. Conforme Oddone *et al.* (1986), embora a mudança que se espera nesse processo não seja mensurável, uma vez que, dentre outros aspectos, objetiva-se operar transformações nos processos de subjetivação, ao se modificar as relações tradicionais entre técnicos e trabalhadores, dá-se início à problematização da divisão social do trabalho, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, e à busca da produção coletiva de trabalhadores e técnicos.

Segundo Vicenti (1999), esse modelo teria três eixos ou pilares: (1) o *grupo operário homogêneo* de produção, (2) a *validação consensual* e (3) a *não delegação*.

“O *grupo operário homogêneo* é o grupo de trabalhadores que vive conjuntamente a mesma experiência de trabalho” (VICENTI, 1999, p.42). Entendendo que quando há uma experiência coletiva no trabalho, o grupo se torna mais autônomo e cria suas próprias regras de funcionamento. Oddone *et al.* (1986, p.117) afirmam que o valor do grupo operário homogêneo está “nesta experiência sedimentada, validada pelo tempo, [...] desde que isso aconteça de modo que seja possível a sua transmissão”.

⁵ Por precarização, podemos entender, junto com Antonella de Vicenti (1999), baixos salários, o crescimento da desqualificação e do desgaste dos trabalhadores.

No que diz respeito ao segundo eixo,

a *validação consensual* é o julgamento coletivo pelo qual o grupo valida a experiência de cada trabalhador relativa às condições de trabalho [...] A validação do grupo integra a experiência do sujeito na experiência coletiva fundada pela consciência de classe (VICENTI, 1999, p.42).

Isso (e)leva os julgamentos qualitativos dos trabalhadores a se transformarem em critérios quantitativos de avaliação, alcançando o saber da experiência, uma dimensão científica.

O terceiro eixo, a *não delegação*, é a não transferência da responsabilidade de análise e intervenção referentes às nocividades no trabalho aos especialistas. Sendo o trabalhador o “termômetro” da nocividade, pode-se detectá-las como sendo não quantificáveis, a exemplo dos ritmos e da fadiga industrial. Não delegar significa não deixar que mesmo os intelectuais aliados tivessem no processo de produção de conhecimento mais poder que os trabalhadores em termos de escolha.

Essa indicação se confraterniza com uma ideia cara aos coletivos das ocupações: a da não representação. A aposta é de não se delegar a nenhuma pessoa - seja apoio ou morador - a responsabilidade pelos encaminhamentos e decisões do coletivo. É importante reafirmarmos que só é possível apoiar as ocupações numa perspectiva de colaboração e de cooperação. É preciso fazer uma crítica radical aos especialismos.

A CAP “clássica” se propõe a essa produção de conhecimento e a uma intervenção nas situações de trabalho cujo combustível é o diálogo e confronto entre a experiência operária e o saber dos especialistas. Assim, os trabalhadores passam de fontes de informação a participantes ativos, na construção do conhecimento e na transformação de suas condições de organização do trabalho.

3.2. Dispositivo de Três Polos

Schwartz (2000) avalia que a conceitualização de “Comunidade Científica Ampliada” é inadequada, pois com o termo “Científica” pode parecer que o conhecimento das atividades pertence à academia. A partir dos limites dessa conceitualização, Schwartz (2000) cria o dispositivo de três polos como consequência à ideia da renormalização da atividade. Mas quais seriam esses polos?

O primeiro polo trata dos conceitos, de onde se fabricam os conhecimentos formalizados. Aqui encontramos a noção de mercado, as ciências biológicas e linguísticas. Todos os saberes de diferentes disciplinas acadêmicas que contribuam para o estudo das atividades humanas são importantes, não havendo aqui exclusão a priori de uma determinada disciplina em detrimento do poder de outra. O primeiro polo desse dispositivo nas ocupações seriam o apoio e seu saber formal.

O segundo polo trata “dos saberes gerados nas atividades” (SCHWARTZ, 2000, p.44). Estas forças de convocação e reconvocação retribuem modelos, descrições e categorizações que os trabalhadores encontram em seu meio de trabalho. Aqui podemos falar de como os saberes não são neutros e são convocados, por exemplo, nas ocupações, para ajudarem a

pensar vários problemas práticos do cotidiano. Os conceitos aqui trabalhados são ferramentas que podem ser utilizadas pelos coletivos das ocupações. Esse processo gera uma necessidade permanente de retrabalho, já que se percebe na intervenção que há sempre uma defasagem entre os conceitos e a experiência. O segundo polo nas ocupações trata dos moradores e do seu saber da experiência.

O terceiro polo, necessário para a fecundação dos outros dois, é o ético-epistemológico. Aqui se faz necessária uma “humildade epistemológica”, um sentir e ouvir o outro como legítimo outro. Há um “desconforto intelectual”, porque os conceitos, “pré-conceitos” e o saber da experiência devem ser sempre tratados e retratados. A impregnação com quem está no outro polo é a que contagia esta disposição desconfortável. Esse polo pode ser resumido como a dupla trajetória de retornar a palavra à atividade, e de retornar a atividade à palavra.

A convocação acontece quando os saberes acadêmicos começam a dialogar com outros saberes investidos na atividade, ou seja, os saberes dos trabalhadores. Ocorre então um questionamento mútuo, que Schwartz (2000) chama de “maiêutica em duplo sentido”.

A maiêutica é uma técnica que consiste de fazer o outro perceber, numa conversa, a fragilidade daquilo que ele está falando. Segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, maiêutica é: “1. Processo dialético e pedagógico socrático, em que se multiplicam as perguntas a fim de obter, por indução dos casos particulares e concretos, um conceito geral do objeto em questão” (FERREIRA, 1986, p.1065). Segundo o livro *Convite à filosofia* (CHAUÍ, 2002, p.38), a prática socrática consistia em se tentar chegar à essência das opiniões usadas em conversas no senso comum, isto é, aos conceitos universais. Por outro lado, a autora desconstrói as mumificações de ideias, valores, práticas e comportamentos, consideradas naturais, e o que parecia evidente torna-se questionável. Crianças fazem isso quando brincam de “Por quê?” com os pais, ou seja, perguntam por que a todas as respostas que os adultos lhes dão.

A maiêutica leva a uma saída do senso comum e à entrada numa discussão mais profunda. O efeito é um retrabalho dos conceitos e das teorias, em que se faz necessária uma “humildade epistemológica”: tanto os pesquisadores quanto os trabalhadores precisam estar abertos a ouvir e aprender uns com os outros. No caso das ocupações, tanto os apoios quanto os moradores precisam aprender a se escutarem mutuamente.

O primeiro polo é sempre provisório, na medida em que nenhum modelo é absoluto e universal. A questão então que se coloca é: Como quebrar o muro que separa os dois saberes? Quando os dois saberes se encontram, um vai mostrar a fragilidade do outro. Essa crítica é positiva, na medida em que não desqualifica nem a um nem a outro saber. Adicionalmente, pode incentivar o desenvolvimento dos mesmos. O dispositivo de três polos pode ser resumido numa máquina que produz e faz circular saberes e conhecimentos conjuntamente. Chauí (2002, p.38) coloca que “ao fazer suas perguntas e suscitar dúvidas, Sócrates os fazia pensar não só sobre si mesmos, mas também sobre a *pólis*”. Dessa forma, ao se retrabalhar os conceitos no dispositivo de três polos, começa-se a pensar o território de forma politizada.

Entre apoiadores e moradores deve existir necessidade de mudar o modo de viver e de trabalhar, buscando a interface de diferentes saberes, através de reflexões contínuas. O apoio, nessa perspectiva, transforma-se numa relação construída coletivamente, com princípios éticos e epistemológicos comuns, observada as diferenças de tarefas e responsabilidades.

3.3. A comunidade ampliada de pesquisa (CAP): um tempero brasileiro

A partir de 2000, foram construídos dispositivos baseados tanto nas Comunidades Científicas Ampliadas como no dispositivo de três polos, sendo denominados Comunidades Ampliadas de Pesquisa (BRITO *et al.*, 2003). A escolha de trocar a palavra “científica” por “pesquisa” visou exatamente corroborar com o alerta de Schwartz, já levantado acima, sobre os limites do termo “científico”. A palavra “pesquisa” já estava incorporada, graças ao patrimônio histórico da educação popular no Brasil, como algo possível de ser feito por não especialistas. Os trabalhadores (isto é, pesquisadores) da CAP nas ocupações seriam tanto os moradores quanto o apoio, mas cada um com um papel diferente. Os moradores trariam para a discussão o saber da experiência, enquanto os apoios trariam o saber formal. Não se trata de haver sujeitos da pesquisa (apoios) e objetos da pesquisa (moradores), a CAP seria forjada no momento das discussões na assembleia. A falta de clareza a respeito de quem é o trabalhador da CAP nas ocupações, ou seja, quem são os pesquisadores, está ligada ao fato de que tanto os apoios quanto os moradores estão trabalhando na ocupação.⁶

Talvez seja possível também nas ocupações, resguardando os princípios éticos e epistemológicos, aplicar as Comunidades Ampliadas de Pesquisa. Não se tem ainda condições de apontar o método de operacionalização para as CAPs nas ocupações. Este artigo é apenas um desbravamento desse território de análise e intervenção. Criar e inventar junto com os moradores e outros apoios das ocupações essa possibilidade é uma urgência a ser tentada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metodologias de pesquisa-intervenção derivadas de Oddone e colaboradores (1986) valorizavam a experiência do trabalhador. Essas pesquisas conduzem o trabalhador a um processo de formação em que o conhecimento sobre o meio visa identificar as nocividades, ou seja, aquilo que adocece no trabalho. Visa também se organizar, planejar e efetivar lutas e ações contra isso. Por outro lado, a experiência de participar de uma ocupação numa metrópole contemporânea, onde há organização e poder popular, é também um processo de formação política. Essa formação resulta em certo tipo de conhecimento sobre o meio, que podemos denominar de política, junto com Eder Sader (1988). Isso envolve a percepção e análise da nocividade do meio social, a organização coletiva e a efetivação de uma luta para transformar essa nocividade. Essa luta é uma das características daquilo que entendemos como trabalho.

⁶ Essa discussão será apresentada em artigo a ser publicado pela autora na revista *Psicologia e Sociedade*, 2013.

4.1. Regra de ouro do trabalho do apoio: Trabalhar COM e não PARA eles

A experiência e o conhecimento sempre se desenvolvem no diálogo um com o outro. Nas ocupações, pode-se criar um acúmulo de forças que culmine em momentos de CAP, como, por exemplo, em reuniões de debate acerca de estratégias políticas de luta ou mesmo informalmente, no encontro dos moradores com os apoios. Entretanto, a Assembleia é um foro privilegiado para se acontecer a CAP, pois nesta os moradores e apoios estão pensando e debatendo conjuntamente como resolver suas questões coletivas. A aposta é, assim, possibilitar que momentos de produção de conhecimento se deem no encontro entre apoios e moradores. A verdadeira dialogia constitui-se de momentos em que os paradigmas de ação e conhecimento das pessoas são colocados em reflexão e, algumas vezes, em transformação. Por isso seriam momentos paradigmáticos. Momentos de transição dos paradigmas.

A consciência política da desigualdade social e de seus efeitos, bem como uma ação no sentido de reverter esse processo, gera saúde. Nas ocupações, a experiência gera consciência política. Isso leva as pessoas a poder argumentar e reivindicar seus direitos, pois passam por um processo de formação política ao participarem da organização e preparação de uma ocupação para a efetivação das propostas. Elas fazem resistência ao sistema capitalista atual. Resistência aqui entendida como uma capacidade de analisar a nocividade, e lutar para transformá-la. Se organizar para tal e agir baseado em fins coletivos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Maria Elizabeth Barros de; HECKERT, Ana Lúcia Coelho; MARCHIORI, Flávia Moreira. Desafios para a pesquisa dos processos de trabalho: a CAP como estratégia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.20-34, 2006.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.19, p.20-28, jan./abr. 2002.
- BRITO, Jussara; NEVES, Mary Yales; ATHAYDE, Milton (Org.). **Caderno de textos: Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- BRITO, Jussara *et al.* **Caderno de Métodos e Procedimentos: Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2002.
- CLOT, Yves. **A Função Psicológica do Trabalho**. Petrópolis: Vozes, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia**. São Paulo: Assírio e Alvim, 1972.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.
- NEVES, Mary Yales *et al.* (Org.). **Caderno de Relatos de Experiências: Programa de Formação em Saúde, Gênero e Trabalho nas Escolas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.
- NEVES, Claudia Abbês Baêta. **Interferir entre desejo e capital**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.
- ODDONE, Ivar *et al.* **Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos**

trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SCHWARTZ, Yves. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, n.7, p.38-47, jul./dez. 2000.

TOMIMURA, Patrícia. **Ocupações dos sem-teto e psicologia do trabalho**: como construir origamis interventivos? 2007. 100p. Dissertação (Mestrado em Estudos da Subjetividade) - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <server.slab.uff.br/dissertacoes/2007/Patricia.pdf>. Acesso em jan.2013.

VICENTI, Antonella de. Ivar Oddone, intelectual orgânico e pesquisador heterodoxo. **Les Territoires du Travail**: les continents de l'experience, Catéis / Marseille, n.3, p.33-42, mai.1999.

ZARIFIAN, Philippe. **À quoi sert le travail**. Paris: La Dispute/Snédit, 2003.

Data da submissão: 12/03/12

Data da aprovação: 10/10/12